

RELATÓRIO

PLENÁRIA NACIONAL DA ASSEMBLÉIA POPULAR “MUTIRÃO POR UM NOVO BRASIL”

(Luziânia, DF, 15, 16 e 17 de fevereiro de 2008)

1. ANÁLISE E DEBATE

1.1. *Na conjuntura atual, em que e como vem se manifestando o Poder Popular? (dificuldades internas, externas, contradições, potencialidades, lutas existentes no local, regional, nacional e global)*

1.2. *A partir da prática, em que e como a Assembléia Popular (AP) se relaciona e contribui na construção do Poder Popular, na unidade das forças sociais e trabalho de base?*

1.3. *O que está sendo a AP?*

Sistematização do trabalho das mini-plenárias, observadores/as e debate em plenário (Questões 1 e 2)

1.1. Questão 1: Sobre a conjuntura atual e como o Poder Popular se manifesta

1.1.1. Constatações sobre a realidade

Necessidade de compreender as mudanças sociais, diante da perplexidade, e da apatia da população. Com massacre dos pobres, exclusão, criminalização da pobreza e dos Movimentos Sociais. Percebe-se neste momento uma fragmentação dos movimentos, um esfacelamento das forças. Há também dificuldade de envolver as bases. Os Meios de Comunicação desconstruem a idéia de Poder Popular, e diversos Movimentos Sociais têm se aliado aos Governos. Existem muitas iniciativas em muitos lugares, mas há muitas divergências entre Movimentos Sociais e há divergências dentro dos próprios movimentos.

Tem havido cooptação de movimentos e de lideranças (seja pelo governo federal, seja por um governo estadual ou municipal). Mesmo dentro da Igreja, que tem alguns setores vinculados às lutas populares e que tem uma grande capilaridade, tem havido dificuldades. Como exemplo relativo aos movimentos, um dos grupos citou que até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra(MST) – o movimento que eles consideram o mais organizado – não está tendo a mesma combatividade que teve antes (do governo Lula). Poder-se-ia dizer que a história dos Movimentos Sociais se divide claramente em dois momentos: antes e depois do governo Lula (isto é, antes e depois de 2003).

Os partidos de esquerda – os que ainda existem – nem sempre conseguem atuar de forma conseqüente. Estamos fazendo algumas lutas mais articuladas,

outras menos. Algumas são mais organizadas, outras mais espontâneas. Existem espaços de resistência onde movimentos estão lutando juntos, em articulação, mas há momentos em que cada movimento atua sozinho. Em alguns casos fica claro que alguns movimentos e pastorais sociais se envolveram, mas outros movimentos e pastorais não, caso da Transposição do São Francisco, por exemplo. Faltam bandeiras comuns de luta. Às vezes conseguimos pautar um tema, uma bandeira, em âmbito nacional, mas depois não conseguimos dar continuidade. Com o alto índice de violência se faz necessário criar um novo conceito sobre segurança pública. Na América Latina tem havido experiências novas em alguns países, tem havido avanços importantes, independentemente do fato de que a mídia ignore ou mesmo combata estas novidades.

1.1.2. Metodologia

Criar novas metodologias e alimentar e favorecer o surgimento de novos sujeitos sociais: negros, quilombolas, indígenas, mulheres, juventude, catadores (carrilheiros), movimento em defesa da natureza, economia solidária, com o fortalecimento de espaços (conselhos de cidadania e fóruns).

1.1.3. Lutas existentes

Desde a década de 1990 o atual estágio do sistema capitalista contribui para que as lutas passem a ser não mais de enfrentamento mas de resistência (não se conseguiu nenhuma conquista significativa para os trabalhadores). Surgem muitas lutas e iniciativas, porém, de caráter pontual, com dificuldades em manter um processo de continuidade. As campanhas pontuais, como o plebiscito da Vale e da energia, são importantes para abrir o diálogo com a população, assim como as lutas permanentes, como o 8 de março e o Grito dos Excluídos, momentos de mobilização popular. Mais recentemente, a luta contra a Transposição das Águas do Rio São Francisco e o Gesto de Dom Cappio. O corpo se tornou uma forma de exercício do Poder Popular.

1.1.4. Poder e Projeto Popular

É possível constatar uma grande mudança nas formas de manifestação do Poder Popular e estamos construindo um Projeto Popular. Necessidade de se estabelecer um debate sobre o Estado e a Sociedade e, assim, construir um modelo de sociedade para além do constituído, deste sistema, apresentando outro modelo de sociedade. Mobilizações, Movimentos Sociais e lutas são formas de Poder Popular. A criação de fóruns permanentes de luta é um elemento importante do Poder Popular. O Poder Popular se manifesta através do Grito dos Excluídos, das mobilizações de massa, das lutas e mobilizações indígenas, camponesas, urbanas, das mulheres etc. Chegamos a criar alguns instrumentos pelos quais se manifesta o Poder Popular (o Grito, as Marchas etc.), mas não nos “apropriamos” do poder... Já temos elaborado um projeto comum para o Brasil, mas não conseguimos operacionalizá-lo, ou nos falta um Projeto Popular? Temos, sim, sinais de resistência que, se articulados, podem se transformar em Projeto Popular. Cuidado com a reprodução de modelos já aplicados e prontos.

1.1.5. Dificuldades

Fragmentação dos Movimentos Sociais, falta de clareza sobre o “inimigo”. Falta uma metodologia que unifique. Intensificar e recomeçar o trabalho de base cotidianamente e continuado. Grandes projetos econômicos, agronegócios com continuísmo das políticas neoliberais. As ações propostas pela AP não estão acontecendo de forma articulada.

1. 2. Questão 2: A partir da prática da AP

1.2.1. A AP e o Poder Popular

Apesar do acúmulo de forças, não se pode afirmar que a AP já construiu o Projeto Popular, se faz necessário dar passos nesta construção de um Projeto e do Poder Popular para o Brasil. Já elaboramos um esboço, nossa dificuldade reside na operacionalidade e na popularização do mesmo.

1.2.2. A AP como espaço de articulação das forças

A AP surge como proposta para articular e atingir a população que não está em grupos organizados e tem como objetivo articular os grupos e entidades organizadas para possibilitar um luta em comum. A AP é o espaço de articulação dos diversos sujeitos sociais que possibilita criar um projeto global de sociedade. Proporciona a troca de informação entre as diversas entidades e movimentos. Há esperança de que a AP seja este instrumento que possa coesionar os movimentos. Na prática, porém, nem sempre funciona, caso da greve de fome e da Transposição do São Francisco.

1.2.3. Enraizamento da AP

Em âmbito local, a AP não se enraizou como uma forma de trabalho cotidiano e continuado, e tem conseguido ser um elemento aglutinador, ela não pode é querer ser uma entidade a mais. A missão da AP é manter a organicidade continuada e deve ser um elo de ligação entre o local, o estadual e o nacional, estabelecendo prioridade. A AP só se enraizará nas bases se vier fortalecer as lutas sociais e não ser apenas uma tarefa a ser cumprida. Há Estados que ainda procuram conhecer melhor a proposta da Assembléia Popular para fazer a articulação. Para que o enraizamento ocorra a AP precisa ser um espaço de base e retomar como espaço dos pequenos, onde as pessoas se movimentam, encontram e discutam seus problemas e soluções.

Em alguns lugares, a AP não está efetivamente organizada, a exemplo do Distrito Federal, onde é o Grito dos Excluídos que está. A AP está organizada em nível nacional, mas não regional ou local. Não conseguimos espriar, mergulhar nas bases. Em outros lugares, a AP está organizada (a Paraíba, por exemplo), mas, às vezes, não se consegue fazer a articulação com o nível nacional. A AP começa a retomar o trabalho de base: o Plebiscito foi uma grande oportunidade para chegar às bases. No caso das organizações não-governamentais (ONGs), há o risco constante de cooptação, por causa da

dependência financeira de governos municipais, estaduais ou federal.

1.2.4. Dificuldades

Melhorar a comunicação interna e externa. A AP não pode se limitar a eventos e campanhas, embora estes sejam muito importantes para a comunicação com a sociedade desarticulada. O Plebiscito é um meio e não um fim ou o limite de ação da AP. Há dificuldade no exercício da democracia interna. Deve-se refletir sobre a representatividade e legitimidade das lideranças, diminuindo o distanciamento entre teoria e prática. Nem sempre a AP tem conseguido construir a unidade, em razão da divergência entre os movimentos. Quanto ao método de funcionamento da AP, parte de uma organização democrática – horizontalidade sem verticalismo e basismo, o equilíbrio se faz necessário.

1.2.5. Constatações

Constatamos que existem diferentes concepções sobre a metodologia adotada pela AP acerca do trabalho de base. Precisa-se definir melhor a metodologia da AP para contribuir na construção de uma agenda comum, investindo na Formação Política permanente com metodologia diferenciada. É necessário redefinir a estratégia da AP (o que e como)? O caderno **Mutirão por um novo Brasil** precisa ser retomado, aprofundado nas bases e ampliado. Aquela idéia de pensar o Brasil a partir dos biomas foi muito interessante mas não se deu continuidade: precisa se dar.

1.2.6. Potencial da AP

- ela tem possibilitado abrir o debate;
- ela contribui para, é espaço de articulação;
- ela tem sido a construção de um Poder Popular “paralelo”, contra-hegemônico;
- ela cria meios de comunicação popular;
- o método da AP é facilitador da articulação de campanhas, de lutas comuns;
- é uma rede onde cada ponto, cada movimento, cada entidade, tem uma função, mas contribui para algo maior que cada um;
- num momento de crise como este que estamos vivendo, ter um espaço como este fortalece, gera esperança, permite avaliar a luta;
- garante espaço para todos, não funciona como uma organização centralizada, diretiva, que impõe uma ordem a todos: cada um consegue ser o que é e, ao mesmo tempo, contribui para construir uma força coletiva maior.

1.2.7. Interrogações que permanecem para a reflexão

1. Como a AP vai atuar no momento eleitoral municipal?
2. Não temos unidade sobre a análise de conjuntura, sobre o governo. Por outro lado, não podemos ficar isolados.
3. O que entendemos por trabalho de base?
4. O que pensamos como Poder Popular? Construções de alternativas reais do poder.
5. Como a AP pode construir-se como alternativa do próprio poder. A partir do que não queremos ser poder dizer o que queremos ser, proposta positiva.
6. Desafios: a) qual é o objetivo e estratégia da AP? b) evoluir, sistematizar o processo da AP, acúmulos, avanços; c) quais lutas unitárias vamos priorizar?

1.3. Considerações dos observadores/as

1.3.1. Processo histórico do movimento político e social no Brasil

Olhando os anos 50, 60 e 70, percebemos o crescimento do movimento sindical e social, dado pelo processo de urbanização e industrialização, crescimento do número de trabalhadores industriais. No final dos anos 70 se inicia a construção de um partido único que responderia à realidade dos trabalhadores, que é o Partido dos Trabalhadores (PT), oriundo dos Movimentos Sociais, que dão continuidade à participação e construção das lutas dos anos 80 (Diretas Já e Constituinte), colocando-se como representante destas lutas, construindo o projeto democrático e popular com o qual disputa as eleições em 1989.

A derrota eleitoral em 1989 é a derrota de um projeto e a vitória do neoliberalismo. Os anos 90 marcam a implementação e a consolidação do projeto neoliberal. Por outro lado, o PT vai se adequando a esta nova situação, onde se reorganiza o processo de trabalho e se introduz as novas tecnologias. Privatiza-se e estimula-se a competitividade. Os anos 90 mudam de forma radical a sociedade brasileira (solidariedade x individualismo, público x privado). E a eleição se dá neste processo, chega ao governo uma pessoa, não mais um projeto. Este governo já não tem uma relação direta com os Movimentos Sociais. Há um processo de cooptação de lideranças e enfraquecimento dos movimentos, gerando uma desmobilização dos Movimentos Sociais e da organização sindical.

1.3.2. Desafios e constatações

1. Há desafios de caráter objetivo (conjuntura) e subjetivo (metodologia).

2. Precisamos identificar mais claramente o nosso inimigo. (Hoje há confusões ideológicas e políticas.)

3. Identificar os setores prioritários onde vamos trabalhar.

4. Qual a nossa concepção de Estado? Atualmente, depois do desmonte do Estado de Bem-Estar social com o neoliberalismo, temos um estado de Bem-Estar do capital, com grande aparato de depressão, mecanismos para garantir o pagamento da dívida, grandes subsídios para empresas, para o agronegócio etc. O Estado só é mínimo para os trabalhadores. O poder do Estado é fundamental para manter o atual sistema ou para transformá-lo.

5. Nossa conjuntura, nossas campanhas, precisam ter outro caráter. Nossas análises de conjuntura devem ter como referência nossas próprias ações.

6. É preciso valorizar o acúmulo da construção do Projeto Popular, valorizar o que já foi construído, fruto da unidade e da coerência.

7. Ter clareza da tarefa e dos nossos limites para evitar frustrações. Ao mesmo tempo, se estamos num momento difícil, isso não pode nos imobilizar ou nos frustrar.

8. Devemos valorizar nossos meios de comunicação popular já que elegemos a mídia corporativa como um dos principais inimigos, exemplo disso é a popularização do jornal **Brasil de Fato** e dos informativos e boletins de nossas organizações.

9. Investir na formação política para aprofundar a metodologia e conceitos, no sentido de “ formar a ação”, sem cair no academicismo.

10. Os Movimentos Sociais devem pensar a prática social sem deixar de lado o processo histórico vivido, que pode nos ajudar a compreender cada época.

Diante destes inúmeros desafios e constatações, a Assembléia Popular vem propondo um trabalho de base, horizontal, democrático, coletivo. Estamos contra a corrente do capital, da hegemonia, do fisiologismo, do patriarcalismo. Fazer as mudanças e construir as mesmas com base no Poder Popular e no Projeto Popular é o nosso grande desafio. Este projeto deve gerar organização, articulação e mobilização das forças sociais.

2. DIAGNÓSTICO SOBRE O QUE ESTÁ SENDO A AP

2.1. Por que surgiu?

Diante do desencanto com a política institucional, a AP surgiu como uma forma de recuperação e fortalecimento da luta pela Utopia de uma sociedade livre e justa. A

AP surgiu como espaço de construção de uma agenda comum entre movimentos e pastorais sociais, como algo novo, para além do institucional, para a configuração, construção e fortalecimento do Poder Popular no Brasil, como um espaço de articulação das lutas sociais e de construção do poder compartilhado.

2.2. O que está sendo a AP? Qual o retrato da AP hoje?

A AP ainda não se enraizou, é um processo em construção. Ela está num momento embrionário, está sendo um espaço de articulação de lideranças que ainda permanece distante da base. Há falta de clareza em seus propósitos e em sua metodologia. Ou ainda, a AP abriga diversas concepções de metodologia e trabalho de base. A AP é uma organização frágil, conseguiu criar “bandeiras” mas não as transformou em “processo”. Ela tem contribuído mais para o papel da “informação” do que da “formação”. Apesar disso, a AP:

- tem conseguido ser um espaço aglutinador;
- tem sido um espaço de articulação de diversos sujeitos sociais e de lutas sociais;
- tem sido um espaço de revisão das práticas da esquerda e
- está construindo um Projeto Popular para o Brasil.

2.3. A AP está sendo também depositária de expectativas positivas e de esperanças? O que pode vir a ser, numa perspectiva imediata, um próximo passo para a AP?

- atingir a população que não está em grupos organizados;
- ser um elo de ligação entre o local, o estadual e o nacional;
- diminuir o distanciamento entre teoria e prática;
- ser um espaço de base;
- construir, mais que um calendário comum, uma agenda comum;
- definir melhor sua metodologia;
- investir na formação política permanente;
- recuperar o Projeto Popular, retomando o livro **Mutirão por um Novo Brasil** e aprofundando suas análises e propostas nas bases e
- se posicionar frente às eleições de 2008, com uma visão crítica.

Nós, da Coordenação desta Plenária Nacional, acreditamos que devemos, coletivamente, frente aos motivos que deram sentido à criação da AP e que estabeleceram sua tarefa histórica de “configurar, construir e fortalecer o Poder Popular no Brasil”:

- avaliar o momento a que chegamos, com seus limites e possibilidades enquanto AP;

- resgatar as expectativas positivas e esperanças que continuam sendo depositadas nela e

- debater e planejar um passo a mais, como construção orgânica, prática e teórica da AP e do Poder Popular no Brasil. Esta é a tarefa de hoje da nossa Plenária Nacional da AP.

3. DEFINIÇÕES

3.1. Quanto à natureza da AP

- Deve ser organizada a partir das lutas específicas;
- Deve ser pautada na horizontalidade, com espaço que envolva todos/as;
- É um instrumento que reúne e articula forças populares promovendo um mutirão para a construção de um Projeto Popular a partir do exercício de Poder Popular;
- Deve ser um espaço/instrumento de articulação plural que respeita as diferenças culturais e a autonomia local, estadual e nacional dos Movimentos Sociais. Além de ser uma metodologia/método que agrega e fortalece as ações;
- Deve ter um caráter associativo de entidades e indivíduos;
- Deve proporcionar a tomada de decisões e escolhas para propiciar um acúmulo de forças e saberes coletivos;
- Deve respeitar os espaços de decisão e participação num exercício de democracia matrística, fundada no acolhimento do outro/a como legítimo (o outro não-hierárquico, não-patriarcal), horizontal, com espaços para todo/as e tomada de decisão compartilhada;
- Deve realizar Consultas Populares;

- Deve favorecer processos formativos e fomentar grandes processos de lutas massivas e unitárias;
- Deve ter a disposição para construir o Projeto Popular para o Brasil;
- Deve ser espaço de participação, decisão, formação, articulação e mobilização;
- Deve garantir a inserção de todos os sujeitos que constituem o mundo do trabalho.

3.2. Enraizamento da AP

O enraizamento da AP passa necessariamente pela valorização dos instrumentos.

- É importante garantir infra-estrutura mínima para o funcionamento;
- Conseguir em cada Estado uma Secretaria Operativa;
- Estabelecer referências locais onde não tiver;
- Estados e municípios se comprometam com a realização do trabalho de base, com especial atenção à pedagogia transformadora na relação com a base e com os agentes que já estão na caminhada;
- Aproveitar as campanhas existentes e dar retorno para garantir a continuidades dos processos;
- Enriquecimento do documento **Mutirão por um Novo Brasil**;
- Priorizar APs locais que partam da realidade e dialoguem com os eixos temáticos do Projeto Popular e resultem em ações concretas nos Biomas, Municípios, Estados e no País;
- Trabalhar o sentido histórico da AP;
- Envolver novos atores sociais e populares;
- Promover troca de experiências locais e nacionais e, a partir delas, buscar construir unidades.

4. ENCAMINHAMENTOS CONCRETOS PARA O TRABALHO DA AP EM 2008

4.1. Formação política na AP

4.1.1. Método

- A AP deve elaborar um projeto pedagógico que gere princípios orientadores das ações e se transformem em Diretrizes de Ação nos Movimentos Sociais;
- Retomar a Educação Popular (dialogar com o saber popular, concepção metodológica dialética, princípios, valores);
- Relacionar as necessidades imediatas das populações com as questões mais gerais;
- Proporcionar material pedagógico que alimente o debate sobre os biomas e demais eixos temáticos;
- Retomar a educação popular, dialogando com o saber popular e resgatando os acúmulos teóricos e militantes da classe trabalhadora.

4.1.2. Temas

- Debate sobre o modelo de desenvolvimento (econômico, energético, meio ambiente sustentável);
- Democratização dos Meios de Comunicação Sociais;
- Democracia e Poder Popular;
- Formação Política (Projeto Popular, discussão sobre luta de classes, papel do Estado etc.).

4.2. Lutas prioritárias

4.2.1. Poder Popular Local (município que somos/temos e município que queremos ser/ter)

Debater com a população um processo de Poder Popular local e a construção de um projeto de Cidade, Estado e Nação.

Período: Agosto ou final de julho, concluindo na Semana da Pátria.

Material: Ver o que já existe e que pode subsidiar este debate e, se for necessário, elaborar material específico.

Formação: Específica, se necessário.

4.2.2. Jornada de Lutas sobre a Questão Energética (água, bioma, matriz energética, agro-combustíveis, mega-projetos, Amazônia, soberania, Meio

Ambiente etc.)

Período: Durante todo o ano.

Material: Será necessário elaborar materiais específicos para orientar as lutas prioritárias.

Formação: Específica, se necessário.

5. FINANÇAS

Retomar as indicações e propostas anteriores para implementação.

- Cada Estado deverá buscar alternativas para subsidiar os trabalhos local e estadual e, se possível, contribuir com o nacional;
- Divulgar a conta bancária da AP para que, em grupo ou individualmente, possam ser depositadas contribuições espontâneas (*Banco do Brasil – 001 Agência 3687-0 C/C 283103-1*);
- Equipe Nacional: Magda, Irmã Delci, Luis Bassegio, Temístocles, Rosilene, Marli e Mara.

6. PRÓXIMA PLENÁRIA

Final de 2008, para avaliar o processo de trabalho e planejamento.

Os demais grupos (Amazônia, Comunicação, Juventude, Energia e Vale) não entregaram seus relatos e propostas até este momento. Nossos agradecimentos aos companheiros/as de Brasília (pessoas e entidades) e ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) pela contribuição direta na organização, recepção, credenciamento, transporte e infra-estrutura em Luziânia. Aos comp@s que prepararam a mística, o nosso reconhecimento! E agradecemos a todos/as que contribuíram nas mini-plenárias, nos grupos, sistematizando, secretariando, coordenando e observando.

* A Secretaria Operativa Nacional da Assembléia Popular fica na rua Abolição, 227, 2º andar, Bela Vista, São Paulo (SP), CEP 01319-010. Fone: (11) 3112-1524. [www.assembleiapopular.com.br; assembleiapopular@terra.com.br]